

Artífices do fogo

Adler Homero Fonseca
de Castro

Era um sábado normal no Rio de Janeiro. Na Casa da Moeda, às 16h30min as oficinas começavam a se preparar para fechar; o dia de trabalho (a única folga semanal então era no domingo) estava acabando. Não havia transportes coletivos, e os operários tinham de ir a pé para as suas casas, a fim de fazer a ceia, a última refeição do dia, que hoje chamaríamos de jantar. O dia de trabalho começara cedo, às 6h, pois os trabalhos tinham que ser feitos enquanto durasse a luz do dia – após o cair da noite, a iluminação dos candeeiros de óleo de peixe não permitiria o trabalho. Mas a ferraria da Casa da Moeda ainda funcionava. Não se sabe como, mas uma fagulha escapou pela chaminé das forjas e, despercebido, um pequeno fogo se iniciou na estrutura de madeira do telhado. As chamas aumentaram e as labaredas se espalharam. Como colocou o *Jornal do Comércio* de 3 de outubro de 1836, relatando o incêndio

O comandante da Guarda do Tesouro, sendo advertido, deu o grito de alarma e expediu imediatamente avisos aos membros do Governo, aos Arsenais e às Autoridades Policiais. Acudiram logo com as suas bombas e os empregados da sua casa o bombeiro, Fleury; e o Provedor da Casa da Moeda com cinquenta e tantos trabalhadores tratou imediatamente de cortar a comunicação a fim de que o fogo não passasse para o Tesouro, quer de um, quer de outro lado.

Um perigo sério, que afetava um importante prédio público da capital do Império e o dinheiro que ali



Caricatura do jornal *Semana Ilustrada*, mostrando o prédio do tesouro associado a uma locomotiva, a maior força impulsora do período.

era guardado. Em julho daquele ano o edifício do Tesouro em Portugal já tinha sofrido um incêndio semelhante, e o exemplo estava nas mentes de todos. Mas não era só o risco à Casa da Moeda e ao Tesouro – todas as edificações que se situavam na Rua do Sacramento (atual Avenida Passos) estavam ameaçadas, pois elas, construídas de materiais inflamáveis, podiam ser afetadas pelas chamas e fagulhas.

Para o governo, havia a questão do dinheiro em papel armazenado na Casa da Moeda – altamente valioso e muito inflamável. Um assunto de importância nacional. Assim, as igrejas tocaram a “rebate”, o repicar contínuo dos sinos, avisando à população e às unidades militares que havia uma grande emergência. Os ministros da Fazenda, da Justiça e da Guerra, o comandante-

geral dos Permanentes (polícia), o almirante da esquadra inglesa no porto, o comandante-em-chefe da Guarda Nacional, o inspetor (diretor) do Arsenal de Marinha e o diretor do Arsenal de Guerra se dirigiram para o local, para coordenarem os trabalhos de combate ao incêndio. O *Jornal do Comércio* continua:

Com a chegada do Sr. Ministro da Fazenda, tratou-se logo de salvar as notas novas, que se achavam na casa forte,



Bomba de incêndio manual, do tipo inventado por Joseph Bramah no final do século XVIII, único meio de combate a fogo até meados do século XIX.

o que se conseguiu, sendo arrombada a porta pelo Comandante Geral dos Permanentes em pessoa, e pelo Capitão-Tenente Machado. Da casa forte, bem como da Contadoria Geral de Revisão, tiraram-se os cofres, os livros e todos os papéis mais importantes, os quais sob a direção do Sr. Chefe de Polícia, foram transportados, às costas de Empregados Públicos, militares e cidadãos de todas as classes, para a Igreja do Sacramento, que o Sr. Ministro da Justiça havia previamente mandado cercar. Os maços de papéis de menor valor que se achavam no Arquivo foram lançados pelas janelas à rua de S. Jorge, e arrecadados na casa de um vizinho.

A documentação fiscal da Corte tinha que ser salvaguardada. Tripulantes dos navios de guerra *Dublin* e *Imogene* (ingleses), *Héroïne*, *Regent* (franceses), e da fragata *Príncipe Imperial*, desembarcados especialmente para o combate ao fogo, junto com trabalhadores da casa da moeda e do pessoal e bombas dos Arsenais, trabalharam para isolar o prédio em chamas. Marinheiros

subiram aos telhados, para de lá combater o fogo. A falta d'água, que sempre prejudicava a ação contra os incêndios, não foi mais séria, pois chovia constantemente. Às 20h, o fogo começou a ser controlado e cinco horas depois estava quase apagado. O jornal conclui dizendo que *não obstante a confusão inseparável de semelhantes cenas, podemos assegurar que não houve descaminho de preciosidade alguma (...)* No meio deste

acontecimento, triste na verdade, mas que podia ter muitos mais funestos resultados, resta-nos ainda a consolação de não ter a lamentar a morte de pessoa alguma.

O relato acima, retirado do *Jornal do Comércio*, do livro do Almirante Hammond (comandante da esquadra inglesa no Rio de Janeiro

ro) e da documentação do Arsenal de Guerra da Corte, mostra uma realidade muito preocupante na vida do Rio de Janeiro no período colonial até meados do século XIX, que era a questão dos incêndios. A cidade, como todas no mundo, era muito vulnerável, pois um dos principais materiais de construção era a madeira, usada nas estruturas, telhados e assoalhos. Havia ainda muitas casas pobres, cobertas de sapé (palha seca), muito inflamável. O fogo descoberto era uma necessidade diária, seja nos fogões a lenha, seja nos candeeiros, archotes e lamparinas usados na iluminação, e não havia água em quantidade. A canalização existente, pequena e antiquada, levava água apenas aos chafarizes; os moradores e comerciantes tinham que ir buscá-la, assim como as carroças-pipa tinham que fazer em caso de fogo.

Tudo isso propiciava o surgimento e a expansão dos incêndios – em Londres, em 1666, uma imensa conflagração tinha destruído mais de 13.000 prédios por causa de um pequeno incêndio, iniciado em uma pada-

Óleo de Wagoner, mostrando o grande incêndio de Londres, de 1666.



soldados aquartelados permanentemente estavam sempre prontos para acudir a qualquer emergência, a qualquer hora do dia. Apesar de normalmente não terem treinamento específico ou habilidades como os marinheiros, eram disciplinados, acostumados a obedecer ao pensamento de um cérebro que guiava suas ações – os seus oficiais –, o que certamente di-

ria. Apesar de o problema ser uma constante na vida da cidade, o seu combate era problemático, pois não havia meios para solucioná-lo – as bombas d’água eram movidas a força braçal e puxadas por homens. No caso de um incêndio sair de controle, pouco se podia fazer: na cidade não havia uma tropa treinada para a missão, a solução normal era a mesma que foi narrada acima – o uso de toda a população, especialmente os marinheiros, acostumados a lidar com as bombas d’água em seus navios e a subir nos altos mastros (nas abordagens e combates navais, um sexto de toda a tripulação era reservada para a eventualidade de fogo a bordo). Mas a presença dos marinheiros nos incêndios não era suficiente para conter as chamas, pois era necessário que houvesse navios de guerra no porto e, ainda mais, que esses tivessem tempo de desembarcar as máquinas, uma tarefa difícil e demorada. No caso do incêndio da Casa da Moeda, o jornal informa que a primeira bomba de navio, a da corveta francesa *Héroïne*, chegou ao local às 19h, três horas depois de dado o alarme.

Nesses casos, uma força com que qualquer das grandes cidades do Império podia contar era o Exército. Os

minuía em muito a confusão natural em um incêndio. Desta forma, em todos os grandes desastres que ocorreram até meados do século XIX – e em muitos do século XX – a presença de soldados do Exército foi uma constante. De fato, o toque dos sinos das igrejas, a rebate, era um sinal convencionado para invasão ou incêndio, casos em que os militares deviam estar prontos a atuar.



Bomba manual do Arsenal de Woolwich, Londres, cerca de 1800.

Um exemplo disso foi no famoso incêndio do recolhimento de N. Sr^a do Parto, de 1789, retratado por João Francisco Muzzi. Tanto na pintura que mostra o prédio em chamas, como na que mostra a edificação já em reconstrução, são bem visíveis os uniformes dos soldados e oficiais da guarnição do Rio de Janeiro. E o uso da tropa, como dissemos acima, foi um costume que continuou. O que poucos sabem –

ou mencionam – é a história do Exército na origem das corporações de bombeiros profissionais no Brasil, que tem suas origens justamente no incêndio da Casa da Moeda, acima descrito.

O Arsenal de Guerra da Corte (atual Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro) era uma das instituições mais importantes no País no século XIX. Com mais de 1.000

operários, era o maior empregador da cidade e tinha outras funções, como servir de escola técnica para crianças (os *Aprendizes Artífices*, em número de 200). Mais ainda, tinha entre seu pessoal permanente duas categorias importantes em caso de incêndio: a “maruja do arsenal”, os tripulantes e remadores das diversas embarcações empregadas no abastecimento das organizações militares espalhadas pelo porto (a pequena “frota” do estabelecimento chegou a contar trinta barcos, de diversos tamanhos). Estes marujos, naturalmente, tinham os conhecimentos semelhantes aos marinheiros da Armada, como operar bombas e subir em locais elevados. Mais importante que a maruja, havia no Arsenal as *Companhias de Artífices*. Essa era uma tropa formada no Brasil Colônia (em 1811), com a função reparar e fabricar peças nos arsenais ou em campanha, os precursores do serviço de material bélico. Eram soldados acostumados aos trabalhos mecânicos e ao uso de ferramentas – conhecimentos úteis no combate a incêndios. Curiosamente, os artífices empregados na fabricação de munição eram conhecidos como *Artífices do Fogo*, com relação ao seu trabalho com artefatos pirotécnicos. Um nome que pode ser ainda associado a outra função.

A combinação de diversos fatores, como a existência desse pessoal habilitado, sob comando de oficiais com o curso de engenharia, a disponibilidade de muitas bombas (nem que seja pelo fato delas serem fabricadas ali, para fornecimento para todo o Brasil), a posição do Arsenal no centro da Cidade (onde hoje é o atual Museu Histórico Nacional, na Praça XV), tudo

tornava aquela organização militar muito apta a combater incêndios, nem que fosse pelo fato do pessoal de lá estar sempre pronto para o combate a incêndios, um grande risco para a instalação devido a sua natureza. Em 1851, quase houve um desastre lá, quando o trapiche usado para embarque de munições pegou fogo, por exemplo. E essa capacidade logo foi reconhecida, tanto é que os equipamentos do arsenal eram uma



Incêndio do Recolhimento do Parto (Praça XV, Rio de Janeiro, em 1786). Observa-se na pintura soldados com machados nos telhados, uma bomba d'água no centro da pintura e carros-pipa levando água.

presença constante em todos os casos de fogo na cidade, pois o ministro da Guerra (Conde de Lages), em 1836, ordenou que as bombas do Arsenal sempre estivessem prontas a acudir em casos de incêndio, sem precisar de outra autorização.

A conclusão lógica desse serviço prestado pelo Exército, e mais especialmente pelo Arsenal de Guerra, foi a formação de equipes especialmente treinadas no combate a incêndios, em vez de ter que contar apenas com pessoas com conhecimentos úteis nessa atividade. Em 1848 o diretor do Arsenal, o Marechal-de-campo José Carlos Pardal, decidiu colocar o que seria necessário para um serviço eficiente de combate ao fogo: a criação de

companhias de sapadores bombeiros com quartéis próprios sujeitos a uma disciplina militar com fardamento, vestimenta e utensílios, e regulamentos adequados para operarem nos fogos, não só para os extinguirem, mas para salvar as vidas daqueles que por semelhantes desastres muitas vezes estão em perigo de perder a vida. Uma idéia que hoje em dia seria atual e que acompanhava o pensamento da época, como era o caso dos corpos de bombeiros da Inglaterra, França e daquele que então tinha sido criado há pouco tempo, em Portugal.

O marechal continuaria, mencionando um incêndio que tinha acontecido pouco antes no cais da Imperatriz (nas proximidades do atual Hospital do Exército), onde um indivíduo tinha morrido por não poder ter sido resgatado, devido à falta de meios apropriados. Para que isso não mais ocorresse, o diretor informava que tinha mandado construir escadas especiais e “sacos de salvamento”, como os usados pelos bombeiros franceses, a fim de salvar nos incêndios as pessoas que ou por desanimados ou por idade estando as escadas d’um 2º ou 3º andar em chamas lutam com a dolorosa alternativa, ou de morrerem queimados ou despedaçados, precipitando-se pelas janelas fora.

Mas o problema não podia ser apenas relacionado à falta de equipamentos. Era necessário pessoal dedicado a essa atividade, especialmente treinado para usar os novos meios nas condições específicas de uma emergência, e o Marechal Pardal observou isso. Sugeriu ao ministro da Guerra que se formalizasse a esquadra já existente, de dez artífices militares e um sargento, “voluntários e jovens”, que já tinham feito experiências com os equipamentos, se lançando do alto de um prédio para



Capitão e soldado de Artífices do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1858.

verificar a eficácia dos sacos de salvamento. Eles receberiam um uniforme especial, uma túnica azul de algodão grosso e um boné. Para compensar os esforços maiores no treinamento e o risco da profissão, receberiam uma pequena gratificação – pequena mesmo, de 80 réis diários, que não dava para comprar 250 gramas de carne seca. O diretor do Arsenal dizia que essa esquadra será um belo casco para a criação duma companhia de sapadores bombeiros fazendo parte do corpo D’Artífices, de como es-

pero corresponder o seu serviço ao útil fim a que se dirige. O ministro da Guerra aprovou a criação da esquadra e assim surgiu a primeira tropa especializada de bombeiros do Rio de Janeiro, preparados para enfrentar os riscos desse ofício.

E o risco não era pequeno – em 1852 um trabalhador do Arsenal morreu em um incêndio e outro, tendo caído dentro das chamas, e ficando coberto de madeiras incendiadas, foi socorrido pelo valor dos três soldados do Corpo d’Artífices do Arsenal Luiz Manoel Pereira Magalhães, Manoel Alves da Cunha, e Antônio Rodrigues, que o tiraram com iminente risco de suas vidas dentre o martírio do fogo em que se abrasava, a vista de muitas que lamentavam a impossibilidade de socorro. O ministro da Guerra mandou elogiar a ação dos soldados por sua bravura, e o diretor do Arsenal ainda mencionou no seu relatório o nome de um tenente e dos soldados João Batista da Costa, e Antônio Soares do Nascimento, que tendo sido contusos não quiseram mesmo assim abandonar seus postos.

A esquadra de bombeiros logo começou a funcionar, sendo treinada pelo professor de ginástica dos Aprendizes Artífices, Bernardo Urbano de Bidegorry, contra-

tado não só para cuidar da educação física dos menores carentes que eram educados no Arsenal (e que, ao se formar, seriam alistados nas Companhias de Artífices), mas também adestrar os soldados nos exercícios de apagar incêndios. Bidegorry manteve essa função de treinamento por muitos anos e até expandiu suas funções, assumindo a direção dos trabalhos dos bombeiros do Arsenal, agora chamados extra-oficialmente de “Companhia de Bombeiros”. Não encontramos detalhes de sua composição inicial, mas logo já eram pelo menos 30 os artífices

empregados nela: um 2º sargento, 2 cabos, um anspeçada (gruaçãoção entre cabo e soldado), 25 soldados e um tambor. Uma força considerável para a época e que tinha alguns privilégios. O diretor do Arsenal tinha enviado uma solicitação em 1855 no sentido de que os *trinta daqueles praças do referido Corpo* [de Artífices], *mencionadas na relação inclusa, sejam inseparáveis do Quartel para destacamentos e guardas, e fiquem em serviço neste Arsenal como uma força disponível e habilitada a acudir ao toque d’incêndio, trabalhando aqueles que tiverem ofícios nas oficinas, e as outras no Laboratório Pyrotécnico do Castelo no fabrico de cartuchame, espoletas etc*”, solicitação que foi atendida pelo Ministro da Guerra, Caxias. A tropa selecionada formou então a guarnição de quatro bombas d’água, puxadas e manejadas por trabalhadores e marinheiros do estabelecimento, os Artífices se concentrando no combate ao fogo.

Bidegorry tentou até criar um uniforme especial para a tropa, argumentando ao diretor do Arsenal que



sempre que as Praças do Corpo de Artífices vão acudir os incêndios, voltam com o uniforme todo estragado, e nem isso pode deixar de acontecer, atento o árduo serviço, que vão desempenhar, no qual são mesmo constrangidos pelo aperto de seus uniformes. Peça pois a V. Ex.ª, me autorize a mandar aprontar cinquenta japonas curtas, e cinquenta bombachas para tais ocasiões. V. Ex.ª sabe que não só é útil, como necessário, que esses homens, que se arriscam a subir aos telhados dos edifícios incendiados o façam com desembaraço, e levem consigo os objetos, que muitas vezes precisam para salvar vítimas inexperientes, e mesmo para se salvarem; com cordas, pregos, e martelos para, o que poderão conduzir nos grandes bolsos de suas japonas.

O ministro negou o pedido, pois já havia um uniforme estabelecido para a tropa de Artífices. Também se devia levar em consideração que uma camisa de algodão grosso já era distribuída e que essa talvez fosse mais adequada ao clima do Rio de Janeiro que uma japona. No ano seguinte, 1852, Bidegorry novamente solicitaria a autorização para uso de um uniforme específico, acrescentando uma calça azul com listra encarnada, mas tal pedido foi igualmente negado pelo ministro.

O importante aqui é mencionar que o professor de ginástica tinha-se tornado um *expert* no assunto de combate a incêndios, dando inclusive pareceres sobre os tipos de bombas que seriam compradas pelas Forças Armadas. Dedicado ao assunto, em 1851 encaminharia à Câmara dos Deputados uma proposta de criação de uma corporação específica, separada do Exército. Essa pro-

posta não foi aprovada, o Corpo de Bombeiros só sendo criado cinco anos depois. Mas, de qualquer forma, o diretor do Arsenal de Guerra naquele ano, Marechal-de-Campo José Maria da Silva Bittencourt, ao tratar das companhias de Artífices, deu mais ênfase ao trabalho deles como bombeiros, como pode ser visto do seu relatório anual, encaminhado à Câmara dos Deputados:

Para acudir aos incêndios, o que faz-se com mais esforços que regularidade, se tem escolhido esquadras de soldados ágeis, a quem se tem dado instrução ginástica para que sua intrepidez em ocasiões de tanta perturbação lhes não seja fatal. Essas esquadras trabalham já mui regularmente, tendo conhecimento práticos de construção para se haverem com acerto no serviço que prestam. Com eles se terá de organizar uma Companhia de Bombeiros, serviço que demanda conhecimentos particulares, de cuja falta muito se recente a extinção dos incêndios. Para essa organização não precisaria mais do que copiar o que se faz em outros países onde os fogos se propagam com muito mais intensidade.

Como solução definitiva do problema do treinamento de pessoal específico, em 1856 foi criado o Corpo de Bombeiros da Corte, o primeiro do Brasil. O primeiro comandante foi o Major João Batista de Castro Moraes Antas, do corpo de engenheiros e oficial ligado ao Arsenal, por ser membro da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército, encarregada de estudar novos equipamentos e procedimentos para a força. De fato, por muitos anos os comandantes dos bombeiros foram oficiais do Exército, e muitos deles tinham ligação com o Arsenal, como foi o caso do Coronel Juvêncio (morto na retirada da Laguna), que em 1860, como major, comandou o Corpo de Bombeiros, ao mesmo tempo em

que tinha o cargo de diretor da Fábrica de Armas da Fortaleza da Conceição, uma repartição do Arsenal de Guerra.

Os profissionais do Corpo de Bombeiros logo adquiriram a boa reputação que mantêm até os dias de hoje: a revista *Semana Ilustrada*, de 1863, ao descrever os “tipos” do Rio de Janeiro, reservou uma quadra para eles, escrevendo: *Não é qualquer coisa o bombeiro da polícia; custa pouco dinheiro e presta serviços quando perigam as propriedades. Quem o vê, de correia na cintura, ornada de grossa argola, supõe que é uma espécie de Orangetango sem préstimo nem serventia. Engano manifesto. O bombeiro, se sabe cumprir seus deveres, atira-se às chamas, escala as muralhas, retalha à machado e passa a noite em claro em cima da morte.*

Mesmo com a existência de um corpo de bombeiros profissional, a companhia do Arsenal continuou a

existir, pelo menos por alguns anos. De fato, o regulamento do pessoal do estabelecimento aprovado em 1857 dizia que cabia ao vice-diretor “a administração do serviço de apresto de bombas, e de extinção de incêndios”. Era uma função do segundo em comando, pois o diretor, em caso de alerta (rebate), deveria permanecer no Arsenal – uma determinação que Caxias, um disciplinador severo, teve ocasião de reiterar após o incêndio do Teatro São Pedro

(ao lado da Academia Militar no Largo do São Francisco), para o qual todo o pessoal disponível do arsenal se dirigiu, visando salvar o que era possível do teatro e impedir a expansão do fogo para a Academia. Caxias repreendeu o diretor por esse ter abandonado seu posto no Arsenal, para acompanhar os trabalhos da sua tro-



Caricatura de um bombeiro, da série “Tipos do Rio de Janeiro”, *Semana Ilustrada*, 1863.

pa – isso após elogiar os trabalhos de seus subordinados por sua ação no desastre!

A relevância da equipe do Arsenal pode ser avaliada estudando-se a Questão Christie (1863). Nesta, os Artífices eram considerados de importância fundamental para a fabricação de material bélico para o Exército, tendo em vista a possibilidade de um conflito com a Inglaterra. Desta forma, o então diretor do Arsenal, Marechal Soares d'Andrea, em pedido reservado, solicitou ao ministro (Polidoro, que tinha sido o comandante dos soldados no incêndio da Casa da Moeda em 1836), uma dispensa especial, para que os Artífices fossem liberados da obrigação de acudir imediatamente a uma alarme de incêndio, sem que para isso fossem chamados pelo comando do Corpo de Bom-

beiros. Nas palavras dele, isso *enquanto durasse o serviço urgente e excessivo para o armamento das Fortalezas*. Essa dispensa, que já tinha sido acordada com o comando dos Bombeiros, chegou a ser implementada no caso de um incêndio de um pequeno prédio particular na Rua da Constituição. O ministro, contudo, negou o pedido, informando: *Não pode ter lugar a dispensa de pronto comparecimento das bombas do arsenal em ocasião de incêndio, visto que tal urgência deverá fazer cessar qualquer outra*.

Mas houve uma urgência maior, que significou o fim da companhia de bombeiros militares dos Artífices. Foi a Guerra do Paraguai. Para essa, o Exército teve que mobilizar todos os seus recursos, especialmente os mais especializados.

Como não podia deixar de ser, os Artífices, uma tropa que tinha sido criada tendo em vista o trabalho

específico de reparo de armamentos e equipamentos em campanha, teriam que ser utilizados. No final de 1866, o Exército enviou todos os praças da companhia de bombeiros dos Artífices, para trabalharem no imenso arsenal avançado que tinha sido erguido na Ilha do Cerrito. Outros foram usados pela Comissão de Engenheiros – enquanto os soldados do Batalhão de Engenharia exerciam funções que hoje diríamos que são de “engenheiros de combate” (travessia de rios, trabalhos de fortificação etc.). A Comissão de Engenheiros (que chegou a ter centenas de soldados) trabalhava naquilo que hoje é conhecido como “engenharia de construção”, edificando estradas e acampamentos.

Novos bombeiros foram formados no Arsenal de Guerra durante a Guerra, agora sob a direção do novo professor de ginástica dos menores, Carlos José Carrilho. De fato, sabe-se que se em-

pregaram, pela primeira vez, os próprios menores nos serviços menos arriscados, como coloca o relatório do Arsenal de 1868 sobre os aprendizes: *Os menores frequentaram as aulas de primeiras letras, desenho mecânico, música, natação e exercitaram-se no manejos das bombas de apagar incêndio*. Carrilho chegou até a ser dispensado por um mês, por se achar adoentado em função de um incêndio no ano de 1869.

Mas o pessoal do Arsenal nunca adquiriu o mesmo prestígio que antes tiveram os bombeiros do Exército. Podemos supor que isso seja devido a uma série de fatores, como a maior especialização do Corpo de Bombeiros; o melhor equipamento que este possuía (em 1869 o Arsenal fez uma avaliação de uma bomba a vapor para o Corpo de Bombeiros); a falta de pessoal, por causa da guerra e, depois dessa, por causa da extinção das com-



panhias de Artífices, substituídas pelos “operários militares”, um tipo de emprego que tinha mais relação com o trabalho civil do que com o serviço militar, exatamente ao contrário do que acontecia com os Artífices.

O papel do Arsenal foi sendo paulatinamente reduzido. Em 1875, o Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira, ordenou que *Arsenal de Guerra da Corte só deve prestar auxílio de suas bombas e pessoal, na extinção de incêndios: 1º quando aquele lhe for solicitado, 2º quando o incêndio for nas imediações do mesmo Arsenal.*

Assim, as menções às atividades contra o fogo dos militares no Rio vão diminuindo. A última que encontramos é de 1899, quando o diretor da fábrica de Armas, na Fortaleza da Conceição, relatou ao diretor do Arsenal:

Cumpr-me levar ao vosso conhecimento para os devidos fins que ontem cerca de 6 ½ para 7 horas da noite manifestou-se incêndio no edifício de nº 46 na Ladeira denominada João Homem, próximo desta Fortaleza.

Dado o alarma, imediatamente segui com a bomba de incêndio conduzida pelas praças da guarda e auxiliado pelos operários da Fábrica Jorge José Marques, José Affonso Severino Drummond e Antônio Joaquim de Oliveira, depois de ter pelo telefone dado aviso ao Corpo de Bombeiros.

Me é muito grato vos comunicar que as praças desta guarda, cujos nomes vos envio junto, estiveram na altura do soldado brasileiro, afrontando o incêndio voraz com o mesmo denodo, a mesma abnegação e o mesmo heroísmo dos seus irmãos do Corpo de Bombeiros.

E graças aos esforços de tão poderosos auxiliares, soldados e paisanos, auxiliado por populares consegui circunscrever o incêndio no prédio 46, enquanto pela falta absoluta d’água deixou de funcionar a bomba. Neste interím, quase uma hora depois, chegou o Corpo de Bom-

beiros e com o auxílio de poderosas bombas extingui totalmente o incêndio.

E como não tenho autoridade para comendar ao seu ilustre estes valorosos soldados, peço a sua reconhecida justiça a fim de não serem eles lançadas na vala comum do esquecimento.

Infelizmente, os trabalhos do Exército nessa área caíram na “vala comum do esquecimento”. E aqui che-



O Arsenal de Guerra da Corte em 1873.
Detalhe de gravura de Emil Bauch.

gamos ao ponto que gostaríamos de abordar com esse artigo: nossa proposta não foi a de narrar um simples fato curioso da história nacional. Cremos que o papel da revista *DaCultura* seja mais amplo do que de apenas entreter aos leitores. Como um órgão de divulgação da Fundação Cultural do Exército Brasileiro (Funceb), a revista deve educar e, mais importante, instigar os leitores a refletir sobre questões ligadas à cultura, do ponto de vista do Exército. O caso dos bombeiros militares, então, serve de ponto de partida para apresentarmos três pontos.

O primeiro objetivo desse artigo seria o de prestar uma homenagem aos soldados do fogo, os bombeiros, a corporação que é “afilhada” do Exército e que, no ano passado, comemorou seu sesquicentenário.

O segundo ponto que gostaríamos de deixar para apreciação dos leitores é que a *história do Exército ainda tem que ser escrita*. Não falamos, é claro, da história das batalhas e dos grandes líderes, mas da vida comum, do dia-a-dia da Força. Esta teve, ao longo de todo o nosso

passado, um papel que excede em muito as poucas ocasiões em que foi chamada a defender a honra nacional nos campos de batalha. Mas essas atividades não são conhecidas pelo público em geral. Hoje em dia, o Exército mantém programas de inclusão social de imensa relevância, como é o caso do Projeto Soldado-cidadão. Mas, apesar de sua importância, não se pode dizer que seja uma iniciativa totalmente pioneira. Já no século XIX, a força tinha programas de função semelhante, como as Companhias de Aprendizes Menores, porém essas iniciativas são praticamente desconhecidas, a não ser por uns poucos pesquisadores de História, que gostam de fuçar papéis velhos. E não deveria ser assim. A história da função do Exército em nossa sociedade é de extrema importância, pois num país em que muito se ignora a relevância das Forças Armadas, cada “boa ação”, se bem

certa razão, pois a preservação da história não vai afetar o funcionamento operacional de nenhuma organização. Contudo, em nossa opinião, isso é um ponto de vista limitado: os responsáveis pelas diferentes entidades deveriam ter em mente que o Exército, hoje em dia, é visto pela sociedade como uma organização confiável e eficiente. Mas essa visão não pode deixar de ser reforçada a todo o momento e, ao contrário do que se diz, isso não pode ser feito só por atos, mas também deve ser feito por palavras. O Exército, hoje em dia, não atua como Corpo de Bombeiros, pelo menos nas cidades. Mas as mesmas considerações que levaram ao surgimento da companhia de bombeiros no Arsenal de Guerra a partir de 1836 ainda existem: é uma força treinada, disciplinada e acostumada a agir em equipe. Dessa forma, é comum, em casos de incêndios florestais, as autoridades civis recorrerem ao

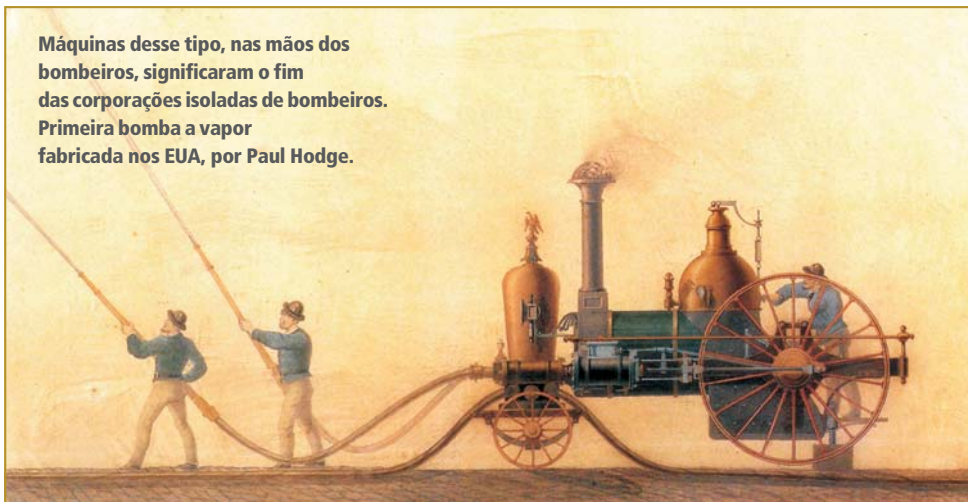
Exército para ajudar no combate ao fogo. Mas essa é uma faceta pouco explorada em termos de comunicação social, quase ninguém sabe disso, como quase ninguém sabe da história dos bombeiros do Arsenal do Rio de Janeiro.

O Exército tem um importante papel no quadro de programas sociais do

difundida em termos de informação, ajuda a aumentar a compreensão de todos no que tange a sua importância no esquema global.

Por fim, apresentamos um ponto que pode parecer menor, mas que julgamos ser igualmente importante. Em nossa experiência, como um civil que tem contatos ocasionais com diversas unidades, é muito comum ouvir de comandantes, assoberbados por seus múltiplos encargos, que a preservação da história ou até mesmo o trabalho de comunicação social “não é a atividade fim” da organização militar. É claro que eles não deixam de ter

governo – e isso é muito sentido pelas pessoas que se beneficiam desses programas, como as populações isoladas da Amazônia. Mas o resto do País pouco sabe sobre essa faceta da “mão amiga”. Daí a importância do trabalho de comunicação social e de preservação da história, que nunca deveria deixar de ser enfatizado.



Máquinas desse tipo, nas mãos dos bombeiros, significaram o fim das corporações isoladas de bombeiros. Primeira bomba a vapor fabricada nos EUA, por Paul Hodge.

Adler Homero Fonseca de Castro – Natural da cidade do Rio de Janeiro, é mestre em História. Pesquisador do IPHAN, vem realizando, há vinte anos, pesquisa sobre a história das armas e fortificações. Atualmente é membro do Conselho de Curadores do Museu Militar Conde de Linhares e do Museu das Armas Ferreira da Cunha.